

## **SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia**

**Nome do GT:** Grupo de Trabalho GT11 - B - Mundo Rural na Sociedade Brasileira: Territórios, Atores, Projetos.

**Título do trabalho:** Assentamentos rurais: Um espaço em construção de famílias de origem migrante.

**Autor(a) :** Marcelo Leles Romarco de Oliveira<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). Bolsista da CAPES. e-mail mlromarco@yahoo.com.br

# ASSENTAMENTOS RURAIS: UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO DE FAMÍLIAS DE ORIGEM MIGRANTE

## 1. Introdução

Este artigo tem o objetivo de apresentar algumas reflexões sobre o assentamento como um espaço em construção de famílias migrantes. Para isso, são utilizados dados de uma pesquisa realizada na fazenda Serra Feia no ano de 2001 e 2004, denominado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como assentamento Vereda I<sup>2</sup>, localizado no município de Padre Bernardo, região do entorno do Distrito Federal (DF), Estado de Goiás. Na Região em questão ao final dos anos 1990<sup>3</sup> do século XX, diversos assentamentos<sup>4</sup> foram constituídos, sobretudo por trabalhadores rurais que migraram de várias outras regiões do Brasil.

De acordo com dados da CODEPLAN (1999), no período mais intenso da construção de Brasília, as correntes migratórias constituíam o principal fator formador da população do Distrito Federal, com 358.014 e 488.546 migrantes, nas décadas de 1960/70 e 70/80, respectivamente. No período de 1980 a 1991, o número de migrantes diminuiu significativamente, apresentando média anual de 8.966 pessoas, voltando a crescer entre 1991/96, atingindo média anual de 19.229 migrantes.

Prevista para abrigar 500 mil habitantes, chegou ao ano 2000 na casa de dois milhões de habitantes, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE 2000.

---

<sup>2</sup> Criado em dezembro de 1999, o assentamento ocupa uma área de 2.063,784 hectares (dois mil, sessenta e três hectares, oito ares e quatro centiares), com objetivo de assentar 70 famílias de agricultores que estão distribuídas em parcelas individuais de 20 hectares cada uma.

<sup>3</sup> Na região do entorno de Brasília, a luta pela terra é marcada, principalmente, por causa da sua localização estratégica, da estrutura fundiária que beneficia os grandes especuladores de terras e a da monocultura modernizada, associada à pecuária melhorada, que beneficiam as grandes propriedades. Além disso, aquela região atrai um grande número de migrantes, sobretudo da região Nordeste, quem vêm em busca de empregos e condições melhores de vida. Nos anos 1990, a região foi afetada com taxas muito elevadas de desemprego, tendo como destaque o ano de 1998, cujo índice chegou a 19,50%, segundo dados da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central –CODEPLAN.

<sup>4</sup> Em outubro de 2004, eram 111 assentamentos com 9.159 famílias assentadas, sob jurisdição da SR (28), superintendência do entorno, divididos da seguinte forma: 61 assentamentos no Estado de Goiás e 50 assentamentos no estado de Minas Gerais

Entretanto, para muitos, o sonho do *eldorado*<sup>5</sup> acabou não acontecendo como pode ser observado na fala deste entrevistado.

“Enquanto eu estava empregado pagava a prestação da casa, pagava a água, a luz, dava para se manter, mas depois que eu fiquei desempregado, aí não dava mais pra gente se manter. O que a mulher ganha é mixaria pra gente se manter, custear as despesas tudo. Quando eu chegava para procurar emprego, ia logo me pedindo os documentos, via a minha idade [62 anos] e logo falava que não tinha vaga não. Rodei por todo canto e a única coisa foi isso aqui [assentamento]. Vim parar nos sem terras” (Sr D, Pesquisa de campo, 2001).

Apesar de terem trajetórias de vidas diferentes à maioria dos assentados entrevistados, “*tinha tentado melhorar de vida na cidade grande*”. Eles sonhavam com a possibilidade de melhorarem de vida e de *enricar*. Na cidade, o *eldorado* não foi possível de acontecer e muitos foram levados a um descontínuo processo de integração e exclusão social. Assim, após alguns anos morando na cidade, esses migrantes entraram em contato com outros retirantes, que na maioria das vezes são frutos do êxodo rural. E percebe-se que devem suas condições de vida à organização excludente da sociedade e que, para mudarem de vida, é necessário se organizar junto a movimentos sociais, como o movimento dos sem-terra.

Desta forma, a opção de continuar sonhando em ter uma vida melhor ou deixar algo para as gerações futuras fez com que muitos viessem parar no acampamento e, posteriormente, no assentamento, como pode se observar em outro relato,

“Bom o meu futuro eu estou já de meio dia para tarde [risos]. Para mim eu quero fazer uma riqueza aqui, para os meus netos. É que eles aproveitem isso aqui muito bem, porque o fruto de uma árvore para você saber se é bom você tem que experimentar. E por incrível que pareça, os meus netos adoram isso aqui. Gosta de roça, gosta disso aqui. Então a minha riqueza é isso aqui. O meu futuro é esse aqui. É esse aqui que vai ser o meu futuro e, deixar isso aqui para os meus netos” (Sr. A, Pesquisa de campo, 2001).

Assim, no assentamento Vereda I foi possível encontrar pessoas que nasceram na roça e saíram desta com sonhos de obter dinheiro, respeito e condições de vida melhor que seus pais. Mas os desencontros da vida os levaram a percorrer um caminho

---

<sup>5</sup> O termo *eldorado* foi cunhado por migrantes que tive a oportunidade de entrevistar em assentamentos rurais no Entorno do Distrito Federal. O termo se refere ao sonho que tinham com as cidades no caso Brasília, de encontrar uma “vida melhor e ficarem ricos”. “Eu achei que ia chegar aqui [Brasília] e ficar rico, ganhar muito dinheiro e ajudar a minha família. Todo mundo naquela época falava que aqui era o *eldorado*” (Sr. D, pesquisa de campo, 2001).

para áreas de conflitos, em busca da terra *dada*<sup>6</sup> pelo governo, passando a viver em “barracos de lona preta”, sem condições mínimas de sobrevivência.

Apesar dessas dificuldades, tais pessoas se revelaram batalhadoras e persistentes em seus ideais de conseguir a sua *chácara*<sup>7</sup>, ou seu pedaço de terra para cultivar e continuar levando suas vidas. Por estas constatações, é possível perceber que estas pessoas passaram diferentes trajetórias ao longo de suas vidas. É importante ressaltar que entendo aqui trajetória como uma noção que vai além de um deslocamento geográfico, pois é necessário entender as diversas mudanças sociais que esses migrantes passaram.

Nesse sentido, procuro empregar uma definição semelhante à de Eunice Durhan (1978). Para a autora, a migração não pode ser entendida simplesmente como um deslocamento geográfico, necessitando considerá-la também como uma mobilidade no universo social.

“Uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar - vai morar com outras pessoas, desse modo a movimentação é definida freqüentemente, antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência” (idem, 1978:137).

Assim, foi possível perceber que a decisão de migrar para o assentamento está relacionada com um misto de interesses, como ter uma área de lazer, um sítio de fim de semana, ou como um local para se recomeçar uma nova vida, ter trabalho e ter o que deixar para a família:

“Sabe Marcelo tem gente aqui que acampou lutou e tirou uma *chácara* mas não precisa dela não porque usa ela só como lazer só para final de semana. (...) só aparece aqui quando o pessoal fala em liberação de crédito, esses ficam lá por Brasília, mas tem gente aqui que esta tentando construir com muita dificuldade como você esta vendo [o entrevistado esta se referindo a falta de água nas parcelas]” (Assentado do Vereda II, 2004).

Entretanto, para outros, o assentamento é a possibilidade de mudança das condições de vida em que se encontrava em diferentes fases de suas vidas.

---

<sup>6</sup> Segundo os assentados a terra era *dada* porque era muita gente querendo (tinha na região cerca de 800 famílias acampadas e pouco mais de 400 famílias foram assentadas) e só alguns ganhavam, como num concurso em que muitos se inscrevem e poucos passam (Sr. B, pesquisa de campo, 2001).

<sup>7</sup> *Chácara* é uma categoria nativa que para os assentados. Significa uma parcela de terra maior que um lote e menor que uma fazenda, onde cada família ocupa a extensão total de 20 hectares, incluindo a moradia e a área de terra que se dispõe para o plantio.

“Sabe, eu sai do Piauí para Brasília com 17 anos esperando que eu ia conseguir ‘enricar’, que seria melhor que a vida que eu levava, mas a vida na cidade sempre foi difícil, com pouco estudo não consegui ter quase nada, fiquei zanzando pra lá e pra cá até vim parar no assentamento e hoje pelo menos tenho um chão pra plantar e um teto pra me proteger” (Assentado do Vereda I, 2001).

“Rapaz aqui eu vim porque já estou velho e a única oportunidade de deixar alguma coisa para família é vim para o sem-terras, porque aqui eu ganhei a *chácara* e vou começar a arar e plantar esse ano feijão e milho (...), vou construir a minha casinha no ano que vem e esperar o Pronaf para comprar criação” (Sr. B, Vereda I, 2001).

Esse constante deslocamento, ou seja, estar um dia em um determinado lugar e depois em outro, pode ser considerado como uma das táticas encontradas por esses migrantes para saírem da pobreza; encontrarem novas condições de vida. Para alguns, o assentamento rural surge como uma perspectiva nova. Nesse novo espaço, novas formas de socialização, novos saberes são adquiridos, e muito dos saberes que foram se acumulando ao longo de suas trajetórias de vida são reproduzidos neste ambiente.

## **2. O assentamento como um espaço em construção por famílias de origem migrante**

Nos últimos anos, diversos trabalhos que tratam da formação dos assentamentos rurais têm buscado entender a constituição destes como um espaço de reconstrução de relações sociais. Procurando compreender melhor esse fenômeno. Romano (1994) aponta para a importância de entender as relações étnicas, de parentesco, vizinhança, compadrio, conflito, valores, dentre outras. Segundo o autor, o entendimento dessas questões funcionariam como princípios de orientação da conduta dos atores, agregando interesses, demarcando e delimitando grupos sociais nos assentamentos.

Nesse sentido, Martins (2003), aborda que, sociologicamente, estamos numa situação rica de possibilidades interpretativas. Como, por exemplo, para o autor,

“A convivência forçada, criada no encontro acidental de um ato político, não tem como ser assimilada num mundo de regras lentas em face de situações sociais de emergência e rápidas. (...) No fundo, um tempo de reconhecimento de que na crise de ruptura de valores, regras e relacionamentos que estão vivendo, existem continuidades e permanências: o núcleo essencial da visão de mundo, das mentalidades e

da convivência não é rompido plenamente ou, ao menos, preserva referências que podem ser reconstruídas mesmo na diferença de histórias pessoais e grupais” (Idem, 2003:46).

Já Silva (2003), constrói sua discussão privilegiando a idéia do assentamento enquanto um espaço social em processo de construção,

“Onde as distintas temporalidades-passado, presente e futuro – acham-se imbricadas e são resultantes das ações dos sujeitos em determinadas circunstâncias” (idem, 2003:109).

A autora procurou ainda analisar o assentamento como um “mosaico social” intrincado de arranjos organizados no espaço da produção e da reprodução, onde “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias”. Além da noção de mosaico, a autora trabalha com a noção de trajetória, cunhada por Battagliola et al. (1991),

“(…) ao fornecer as condições para análise dos caminhos percorridos pelos indivíduos, não somente no campo profissional, como também familiar, abre possibilidades para as posições diferenciadas dos sexos no seio da família e também para as diferenças de idade” (Silva, 2003:118).

Em recente pesquisa realizada em assentamentos rurais no Brasil por Leite et al (2004), os mesmos apontam que um sentido, apresentado pelos assentados, foi da nova condição que o acesso a terra traz a essas pessoas, ou seja, essa nova condição faz com que o sujeito se sinta liberto e saia da condição de sujeição<sup>8</sup>, dono dos seus próprios passos, traz uma sensação nítida de melhora em relação ao passado.

Nesse sentido, o assentamento rural poderia ser considerado um espaço em que esses trabalhadores, migrantes ou não, possam conseguir uma autonomia relativa comparada com as várias fases de suas vidas. Esta autonomia está relacionada à ausência de um patrão e à administração de seu próprio tempo, fatores estes considerados importantes por eles. No entanto, ela é relativa, porque o assentado se

---

<sup>8</sup> A categoria *sujeição* foi usada também por autores como Meyer (1979), Novaes (1997), Garcia Jr (1988), dentre outros. Segundo Meyer (1979), muitos trabalhadores moradores nos engenhos na Zona da Mata de Pernambuco vivem uma condição de “sujeição”, ou seja, para a autora os trabalhadores que moram dentro da propriedade em uma casa do engenho, estão sujeitos às ordens dos patrões. “(…), a *sujeição, incorporada à relação de morada, assume um conteúdo nitidamente negativo, passando a ser vista como um ‘cativoiro’*”. (Idem, 1979: 131). Já Garcia Jr (1988), ao analisar o camponês do Brejo e Agreste da Paraíba, no Nordeste, aponta que um dos meios para que o camponês se liberte é migrar para o “Sul” como uma alternativa deste buscar no mercado de trabalho do “Sul” condições de “melhora de vida”, onde o autor conclui que o “Sul é o caminho do roçado”, ou seja, a oportunidade de muitos deixarem a condição de “sujeitos” e passarem à condição de agricultores “libertos”.

encontra, de certa forma, subordinado às normas “impostas” pelo INCRA, no que se refere, por exemplo, à formalização das próprias relações interpessoais no assentamento ou até mesmo na autonomia em relação a determinadas decisões como: a compra de material de insumo utilizando o crédito apoio ou a escolha da assistência técnica<sup>9</sup>:

“Como foi com a compra do nosso material [arames, ferramentas e adubos], a gente tinha que sempre estar sobre o controle da associação, que por sua vez tinha que ficar prestando conta para o Incra” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2001).

“Até para casar você precisa ter permissão do Incra é um absurdo! Eles ficam querendo saber de tudo” (Sr. J, assentamento Vereda I, 2004).

O assentado se referia a possibilidade dele se casar com outra assentada que tinha um lote em seu nome. De acordo com os técnicos do Incra, isso não seria permitido a não ser que um dos beneficiários abrisse mão de um dos lotes. E isso para o assentado seria um absurdo, pois se o casamento não desse certo um dos dois ficaria no prejuízo, então ele preferia levar uma vida clandestina com a companheira.

Em pesquisa realizada por Oliveira (2002), em assentamentos no entorno do Distrito Federal, o mesmo constatou que a maioria das pessoas que participam de ocupação de terras na década de 1990 na região, eram principalmente de pessoas desempregadas das “cidades satélites” de Brasília<sup>10</sup>, que tinham uma trajetória: cidade-assentamento.

Segundo Cappellin (1990), a experiência da migração provoca marcas profundas na formação desses migrantes, podendo levar a um descontínuo processo de integração e exclusão social. Assim, o migrante acaba empreendendo novos significados dinâmicos e complexos.

“A grande cidade também é um novo ambiente no qual o trabalhador deve aprender a se movimentar. O mercado de trabalho parece amplo e diversificado, porém para ele tudo é novidade e a circulação dentro desse mercado é limitado pela concorrência entre trabalhadores” (Idem, 1990:17).

Grande parte desses trabalhadores depois de anos ou até décadas morando na cidade, descobrem que o sonho do *eldorado* acaba não acontecendo. Assim, resolvem

---

<sup>9</sup> A pessoa ou empresa para oferecer assistência técnica precisa ser cadastrada na Superintendência regional do INCRA.

buscar por meio da organização de movimentos populares, condições mínimas de cidadania e, dessa forma, muitos ingressam na luta pela terra.

No cotidiano, esses migrantes vão construir no assentamento um conjunto de dinâmicas, que ora caminhará para o equilíbrio e ora caminhará para o conflito de interesses, sobretudo, porque esse espaço é construído por pessoas com trajetórias e visões de mundo diferentes. O que nos leva a analisar o assentamento como um espaço constituído por um conjunto mais diverso e complexo de interesses e objetivos do que um grupo homogêneo e coeso por sua condição de luta pela terra.

Isso me conduz a observações similares feitas por Zimmermann (1994) ao analisar a trajetória de alguns assentamentos no Rio Grande do Sul, na qual a autora aborda os assentamentos como um espaço marcado por conflitos, “*sendo um campo de lutas em torno da distribuição desigual de diferentes tipos de capital como social, simbólico, político e econômico*” (idem, 1994:252). Para Romano (1994), por exemplo,

“(...) a ausência de conflitos pode vir a ser uma característica de um estado almejado, mais na concretude da trajetória dos assentamentos, seria um resultado particular, restrito e conjuntural” (idem, 1994:252).

Essa percepção contribui para o engajamento e o envolvimento dessas pessoas nos movimentos sociais. Assim, novas formas de organização surgem e um número diverso de mediadores<sup>11</sup> passa a ter um papel importante para o grupo no processo de organização do movimento, antes e depois no assentamento.

Para Novaes (1997), o mediador pode contribuir incorporando novos elementos ao grupo, além de ser um canal apropriado entre o grupo e o mundo externo, trazendo, por exemplo, a possibilidade de reconhecimento político do grupo, a contribuição na organização do grupo, dentre outros.

Entretanto, essa relação que se estabelece na luta pela terra é complexa e envolve um número considerável de grupos mediadores e instituições, com propostas e objetivos distintos tais como: lideranças do MST; agentes do Estado, representados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e EMATER; Sindicatos de Trabalhadores

---

<sup>10</sup> As cidades satélites do Recanto das Emas, Samambaia, Ceilândia e Céu Azul, eram as principais cidades do DF que os assentados moravam antes do acampamento.

<sup>11</sup> Os mediadores mais presentes na região foram o MST e o sindicato dos trabalhadores rurais no início das ocupações em 1998 e, posteriormente, em 2001, com a entrada da Universidade de Brasília através do Grupo de trabalho com Reforma Agrária, ligado ao Decanato de Extensão da mesma universidade que iniciou diversos trabalhos em assentamentos nessa região, dentre estes ficou responsável pela elaboração de PDA's e outros trabalhos na região. O MST foi expulso pelos assentados da região em 2000 acusados de venda de lotes.



Rurais; universidades (UnB); partidos políticos; Banco do Brasil e outros, que apresentam formas e propostas distintas de atuação, operando um complexo jogo, o que pode levar a um campo de disputa entre tais mediadores e até mesmo entre os assentados, uma vez que os mediadores tendem a priorizar o econômico, ou seja, produção e comercialização por exemplo, em detrimento de outros traços importantes como cultura e valores.

É importante ressaltar que, no assentamento estudado, o jogo de interesses de lideranças locais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), o choque de valores e a expectativa dos mediadores com os grupos de assentados, juntamente com as desavenças com os mesmos, provocou o rompimento dos assentados com o movimento. Nesse sentido Romano (1994), expressa que,

“A organização social, o mundo, a cosmovisão da maioria dos grupos camponeses estão baseados na hierarquia, no reconhecimento de papéis diversos dos atores e na sua valorização diferencial, com deveres, direitos e retribuições diferentes estabelecidos a partir de princípios não necessariamente econômicos. (...) Manifesta-se assim um choque de valores entre os princípios organizadores dos mediadores (igualitarismo) e os princípios de uma grande parte das populações camponesas assentadas (hierarquia)” (Idem, 1994:257).

Além disso, o assentamento pode ser considerado, de certa forma um espaço construído de fora, ou seja, o assentamento foi formado por vários grupos que chegaram e passaram a conviver e a se constituir a partir do acampamento e posteriormente no assentamento. Pessoas com trajetórias distintas a não ser pelo fato de sua grande maioria serem migrantes, e que nesse momento de suas vidas passam a viver num mesmo espaço, não só físico, mas também um espaço de relações sociais com características heterogêneas e individuais, que no assentamento vão aflorar e contribuir para construção de uma série de relações sociais.

### **3. O assentamento Vereda I como unidade de estudo**

Na realização dessa pesquisa utilizou-se do método estudo de caso<sup>12</sup>, utilizando-se da história oral como técnica para a coleta das informações. A observação participante também foi utilizada, pois permitiu acumular um grande número de

---

<sup>12</sup> De acordo com Bogdan, citado por Triviños (1987:134-135) os estudos de caso são divididos em três categorias: Histórico-organizacionais, Observacionais e História de vida.

informações com diferentes informantes, observando-se práticas e dinâmicas sociais no dia-a-dia. Malinowski (1978), expressou que através da convivência diária, da capacidade de compreender o que está sendo dito além de participar das conversas e acontecimentos do cotidiano do objeto de estudo, é possível coletar uma quantidade maior de dados. Elias (2000) aborda que um dos benefícios de uma investigação intensiva numa comunidade seria entender melhor a natureza dos fenômenos pesquisados.

No assentamento em questão, um dado interessante a se observar é o constante deslocamento geográfico que as famílias ali assentadas tinham feito ao longo de suas vidas. Foi possível constatar que todas as famílias não eram do município, mas em sua grande maioria tinham uma origem rural cerca de 82,86%. Entretanto, cerca de 81,43% tinham vivido na cidade por um período médio de 10 anos, antes de migrarem para o assentamento.

“Eu já rodei o mundo [risos], eu nasci no Goiás, trabalhei no Iraque [feitor da Mendes Junior] nos anos 80, já morei em São Paulo em Brasília, voltei para roça e agora vim parar aqui no assentamento, e aqui será o meu lugar final”. (Sr. AT, 2001)

O relato acima é só um exemplo de um assentado que migrou várias vezes em sua vida. A sua fase no Iraque, ele narrava-me com bastante entusiasmo dizendo até algumas palavras em árabe. A história desse assentado se repetia em quase todo assentamento, e é claro que nem todos fizeram uma migração internacional, mas muitos vieram do Nordeste, de Minas, Goiás e de outras regiões do Brasil. E depois de muito deslocamento vieram parar no assentamento.

Em recentes pesquisas realizadas em assentamentos rurais no Brasil por Leite et al (2004), os mesmos apontaram que um aspecto subjetivo, apresentado pelos assentados, foi da nova condição que o acesso a terra traz a essas pessoas, ou seja, essa nova condição faz com que o sujeito se sinta liberto, dono dos seus próprios passos, traz uma sensação nítida de melhora em relação ao passado.

Assim, uma das características observadas no grupo estudado foi a diversidade da origem desses assentados, como pode ser observado na tabela 1 logo abaixo. Na mesma tabela se observa que apenas uma moradora era da região. A partir dessa tabela podemos argumentar que esses migrantes podem ser considerados um nômade geográfico e social. Nesse sentido, Carvalho (1999) coloca que esse nomadismo social

estaria relacionado, sobretudo com as estratégias necessárias para a sobrevivência de trabalhadores sem-terra.

**Tabela 1. Local de nascimento dos responsáveis pelas *chácaras***

<b>Estado de Origem do Assentado</b>	<b>Número de famílias</b>
Minas gerais	18
Goiás	13*
Distrito Federal	10
Maranhão	7
Bahia	7
Piauí	5
Pernambuco	4
Paraíba	3
Ceará	1
Rio Grande do Norte	1
São Paulo	1
<b>Total</b>	<b>70</b>

Fonte: Pesquisa de campo, Setembro de 2001.

\* uma, ex. moradora da fazenda Serra Feia

Com as *chácaras* demarcadas, os assentados passaram a reivindicar, a assinatura do contrato e aquisição dos créditos necessários para implementação das suas atividades. Nesse momento, o grupo depara com um novo desafio que passa a ser construído individualmente e coletivamente, que vai desde o fortalecimento da sua organização até a obtenção de infra-estrutura necessária para a sobrevivência deles.

Em se tratando da organização do grupo, eles estavam organizados por uma associação que realizava reuniões semanais, aos domingos de preferência, para tratar das questões burocráticas e dos andamentos dos trabalhos. No período de elaboração dos PDA<sup>13</sup>s e da pesquisa o número de reuniões foram maiores, porque coincidiu com a liberação do Crédito Apoio<sup>14</sup>. O que possibilitou a observação de grupos de interesses e de conflitos internos entre os assentados.

No assentamento, novas formas de organização e novos atores passam a surgir. Segundo Leite et al (2004), a partir da criação do assentamento, a vida desses

<sup>13</sup> PDA: Planos de Desenvolvimento de Assentamentos tem a finalidade de elaborar, com a participação efetiva dos assentados, um plano que definirá as diretrizes para o assentamento no curto, médio e longo prazo.

trabalhadores sem-terra assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços como assembléias, reuniões e redes de sociabilidade. Nesse momento, novas formas de organização passam a surgir, contribuindo para a construção e o fortalecimento de uma consciência de grupo.

Para Neves (1997), nesse novo espaço, novos personagens, novos valores e diferentes maneiras de agir passam a fazer parte do cotidiano do grupo e ao mesmo tempo passam a influenciar a organização social do mesmo. Entretanto, Leite et al (2004) chamam atenção para as estratégias de reprodução da unidade centrada na família e pelos vínculos de parentesco ou vizinhança como importantes, dentro desse novo espaço.

“(...) as relações familiares e de parentesco, amizade e vizinhança existentes anteriormente, unidas à ação dos mediadores (sindicatos e movimentos) e do Estado, reconstróem as redes de sociabilidade que possibilitaram a participação dos trabalhadores nos processos de organização de luta pela implementação dos assentamentos rurais” (Idem, 2004:112).

Comerford (1999) chama atenção para a importância que as reuniões assumem no sentido da construção do universo social desses trabalhadores. O espaço das assembléias e das reuniões representava um local de decisões para o grupo além de um espaço com um grau muito elevado de conflito de diversas naturezas, que muitas vezes “explode” nas assembléias. “*Aqui nós discute todos os assuntos, até briga de vizinhos!*” (Sr. A, 2001).

A organização do trabalho está centrada na família nos quais homens e mulheres dividem as tarefas em casa e na roça. Entretanto, as mulheres ficam incumbidas das tarefas da casa e do cuidado com as criações domésticas como galinhas, entre outras. As crianças menores de 14 anos representam força de trabalho que auxilia os pais nas atividades da roça em um período do dia, pois na outra parte do dia quase todas as crianças freqüentam a escola municipal do assentamento vizinho, sede da antiga fazenda Boa Vista.

Além disso, foi possível encontrar alguns parentes que vieram em busca de terra, ficando *encostados* no assentamento até conseguirem um pedaço de terra ou então

---

<sup>14</sup> O valor do Crédito Apoio ou Instalação em 2001 era de R\$ 1400, 00, (um mil e quatrocentos reais) sendo R\$ 400,00 (quatrocentos reais) destinados à compra de gêneros alimentícios e R\$ 1000, 00, (um mil reais) para a compra de ferramentas ou para o pagamento de horas de trator.

desistirem e voltar, para a terra de origem, como pode ser observado na fala logo abaixo.

“Eu trouxe do Maranhão o meu pai e a minha irmã aqui para Goiás para ver se eles conseguem ganhar terras, também, porque lá as coisas eram muito difíceis para eles” (Sr. R, 2001).

Esta situação é semelhante a que Lima Jr. (1988) observou em assentamentos do Paraná, em que o *encostado* fica no lote de um parente numa condição provisória, até arrumar um lugar ou uma terra para ficar. Neste caso, a pessoa que oferece o “encosto” acaba contribuindo com apoio logístico:

“Camponeses encostados, termo que designa o filho, irmão, casado com a irmã ou genro do dono (proprietário ou posseiro) do lote em que fixa a residência. Uma das suas características é sua provisoriedade e exclusão. Quem se encosta não pode permanecer encostado indefinitivamente. Caso se encoste no pai, não deverá herdar aquele lote” (Idem, 1988:49).

Durante a pesquisa, não havia nenhuma manifestação de trabalho coletivo que envolvesse grande número de assentados. Na chamada roça coletiva que organizaram na fase de acampamento não ocorreu a coletivização do trabalho. Eles plantaram em um mesmo local, mas cada família ficou responsável pelo cultivo de uma determinada área, em poucos casos houve roças coletivas. No entanto, alguns assentados têm o hábito de trocar dias ou até mesmo realizar mutirões com seus vizinhos ou amigos, reforçando laços de vizinhanças, que foram construídos, sobretudo, antes da vinda para o assentamento e até em alguns casos durante a migração dos seus locais de origem para Brasília. Além disso, esse tipo de organização para alguns é essencial no desenvolvimento do trabalho, além de auxiliar nas diversas formas de sociabilidade.

“A gente costuma chamar alguns colegas. Eles trabalham um dia ou dois dias para mim e depois eu trabalho para eles. Agora é época de fazer isso porque está no período de fazer roça. Então eles me ajudam e eu ajudo eles, porque dinheiro a gente não tem mesmo, então tem que ser é troca de dias (...) Essa troca de dia é mais na época da roça. Eu vou ajudar o cumpadre Toinzinho a fazer cerca, o Roberto a fazer cerca. Eu troco dia mais com os vizinhos mais próximo mesmo e desse jeito vamos levando” (Sr. F, 2001).

Essa relação do mutirão ou até mesmo da troca de dia é apontada por diversos autores que estudam o campesinato, como uma das manifestações de solidariedade neste tipo de grupo. Neste contexto podemos citar Antônio Cândido (1987) que observou o

mutirão em comunidades caipiras definindo por ele como uma reunião de vizinhos, que são convocados por um deles a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho, como por exemplo, derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. normalmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa que encerra o trabalho. Entretanto, além disso, fica para o beneficiário a obrigação moral de atender aos chamados eventuais dos que o auxiliaram.

A relação de dependência do número de membros na família é muito importante, pois está intimamente ligada aos níveis de rendimento que os assentados passam a ter. Isso ocorre porque o trabalho é centrado no número de membros que as famílias possuem, fazendo com que as atividades sejam planejadas de acordo com a força de trabalho de que o grupo familiar dispõe. Cabe ressaltar que a mulher no assentamento desenvolve não só atividades restritas ao lar e ao cuidado com as criações domésticas, mas, sempre que podem, ajudam os maridos nas atividades da roça, além disso, as mulheres tinham um papel importante e ativo nas assembléias do assentamento.

No período da pesquisa, as *chácaras* se encontravam em formação, as atividades desenvolvidas pelos assentados na terra eram basicamente aquelas relacionadas com o plantio de culturas desbravadoras, que proporcionam sustento quase que imediato à família. As principais culturas desbravadoras são milho, feijão, mandioca e abóbora, que são cultivadas nas terras melhores. Na região conhecida por eles como mata<sup>15</sup>, as lavouras são plantadas em terras de cultura, que, na definição deles, são terras recém desmatadas, que se planta entre os tocos.

Em termos gerais, os assentados possuem habilidades, além da produção de alimentos no cultivo da terra: como carpintaria, mecânica e artesanato com palha. Essas habilidades foram formadas ao longo de suas experiências de vida, ou seja, estão ligadas às formações do *habitus* de cada sujeito que vive no assentamento.

Para Bourdieu (1989), esse *habitus* seria como o esquema de percepção e ação de cada indivíduo, adquirido e formado pela história social de cada um deles e

---

<sup>15</sup> A área do assentamento pode ser dividida basicamente, em três ecossistemas: a primeira é a área de mata-seca com alto teor de matéria orgânica e com diversidade muito grande na fauna; a segunda caracteriza-se pela transição mata-cerrado grosso com predominância de solos mais avermelhados, com incidência de cupinzeiros e algumas partes com baixa fertilidade e escassez de água, lugar em que concentra a maioria das famílias, por último, uma pequena faixa de transição campo-cerrado seguindo o curso do Córrego Quente, com presença de mata ciliar. Uma das principais fontes de água do assentamento é o Córrego Quente, cuja água apresenta alto teor de salinidade, e sua nascente se localiza no assentamento vizinho, denominado pelo INCRA de Água Quente e conhecido como Capão do Chiqueiro.

resultante de um longo processo de aprendizagem formal e informal. O *habitus*, assim adquiridos, funcionaria no estado prático da vida social, permitindo aos seus portadores operar um senso prático da vida, como esquema de percepção, de apreciação e de ação que é acionado em determinadas situações sociais.

Outro aspecto marcante e de grande relevância nesse processo são os valores culturais diferenciados dos assentados, no que se referem, sobretudo em sua relação com a terra. Se, por um lado, existem assentados que poderiam ser considerados por um observador leigo, tipicamente camponeses – aqueles que vivem da policultura - , por outro, encontra-se também, no mesmo assentamento, ex-assalariados rurais forjados no seio das monoculturas modernas, além das famílias que já vivenciaram uma significativa experiência urbana. Esses valores culturais diversos dessas famílias vão marcar também diferentes formas de intervenção nos ecossistemas, formas de cultivar a terra, aproximação das pessoas em grupos de interesses comuns e diferentes formas de criação de pequenos espaços coletivos de vivência de novas práticas sociais.

Entre os principais problemas enfrentados pelo grupo podemos destacar a falta de água em algumas *chácaras*. Essa situação fazia com que os assentados caminhassem alguns quilômetros e o transporte da água, na maioria dos casos, era feito principalmente por carroças em condições precárias, chegando a ser realizado em vasilhames de agrotóxicos e combustíveis, o que trouxe sérios problemas relacionados à saúde da população do assentamento, principalmente das crianças, além de prejuízos na produção.

Entretanto, sonhos e esperanças são projetados a cada dia, na expectativa de construir não só um espaço para produzirem, mas também um local em que possam reforçar a identidade individual e do grupo, além de deixar suas raízes para as gerações futuras. Neste sentido, a fala de dois entrevistados ilustra muito bem esse sonho:

“O meu desejo é quando eu partir desse mundo, deixar o meu filho bem localizado, pra ele falar que isso aqui foi o meu pai quem deixou. Porque eu não tenho nada para falar que isso aqui foi do meu pai. Porque eu saí de casa com uma idade de mais ou menos 16 anos, eu não tenho nada pra dizer” (Sr. B, 2001).

“(…) Para mim eu quero fazer uma riqueza aqui, para os meus netos. E que eles aproveitem isso aqui muito bem (...) os meus netos adoram isso aqui. Gosto de roça, gosto disso aqui. Então a minha riqueza é isso aqui. O meu futuro é esse aqui. É esse aqui que vai ser o meu futuro, e deixar isso aqui para os meus netos” (Sr. A, 2001).

“Eu sempre fui da roça, vim pra Brasília porque em Pernambuco não tinha condições de sobreviver, mas sofri muito em Brasília, eu não tinha estudo o meu estudo é só dedo. Trabalhei de empregada doméstica, garçoneiro e lavadeira, ai a gente vai ficando velha o sr, já viu ninguém que dar emprego. Ai quando surgiu a oportunidade de vim para o acampamento para ganhar um pedaço de terra, eu logo falei com o meu velho vamos pra lá com os sem-terras? Ai o meu velho aceitou e a gente tá aqui, feliz com as minhas galinhas” (Sra. Or, 2001).

A vontade de construir um espaço para viver, deixar de herança e nele produzir é algo marcante entre os entrevistados. Para eles, a chance de ter uma terra possibilitou a realização de um sonho como também de continuar a sonhar “*com nossas criaçõzinhas*”, o que na cidade seria mais difícil, por causa das condições financeiras em que viviam.

Assim, é possível especular que o grupo estudado, apesar de apresentar trajetória tão diversa reproduz no assentamento parte de seus valores camponeses, principalmente aqueles referentes à família e às relações de vizinhança. Além disso, valores urbanos apreendidos em suas trajetórias podem influenciar nas formas de produção e de organização do próprio assentamento.

#### **4. Considerações finais**

Por meio deste ensaio, procurou-se apresentar algumas reflexões sobre o assentamento como um espaço em construção para famílias de origem migrante. Em Brasília, o sonho do *eldorado* não foi possível de se concretizar, sobretudo pelas mudanças que ocorreram no mercado de trabalho nas últimas décadas, em relação, principalmente, à especialização. Isso fez com que os migrantes buscassem no assentamento um local para viver e trabalhar. Dessa forma, a possibilidade de ganhar um *pedaço* de terra fez com que esses trabalhadores se aproximassem do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), engrossando, assim, o movimento de luta pela terra na região.

O assentamento torna-se para esses migrantes um espaço em que existe esperança de construir uma vida mais digna, torna-se uma *encruzilhada* (Carvalho, 1999), devido à heterogeneidade de pessoas e valores que compartilham essa etapa de suas vidas. Novas formas de socialização são incorporadas, novos saberes são



adquiridos, além de muito do saber que estes trabalhadores acumularam em suas trajetórias ser reproduzido neste ambiente. Dessa forma, eles buscam no assentamento um lugar em que possam trabalhar, em que sintam-se úteis, reestruturando suas vidas, um local em que suas identidades passam a ser reconstruídas.

Além disso, foi possível perceber também, que após a conquista da terra, os assentados do Vereda I deparam-se com um novo desafio que passa a ser construído coletivamente e também individualmente; que vai desde o fortalecimento da sua organização através de sua associação até a obtenção de infra-estrutura necessária para a sobrevivência deles. Foi possível perceber que mesmo depois de cinco anos após a emissão de posse, o assentamento ainda não se encontrava em condições mínimas para manutenção das famílias. Isso porque o processo de construção de um assentamento é algo que envolve negociações demoradas, que esbarra na estrutura burocrática do Estado, representado pelo Incra. Assim, o assentamento pode ser um ponto final relativo. Entretanto, é preciso ressaltar que o assentamento pode ser um ponto final relativo para essas famílias migrantes, uma vez que o assentamento pode ou não garantir alguma permanência dessas famílias.

A idéia do assentamento como um ponto final relativo me conduz a refletir que as experiências vivenciadas no assentamento possam servir de subsídios necessários para que as pessoas tornem a migrar novamente, ou seja, é preciso aceitar que as pessoas possam sair do assentamento, que ali pode não ser um ponto final para algumas famílias.

Por outro lado, essa reflexão do ponto final relativo me conduz a questionar também a idéia de fixação ou de “plantar” as pessoas no assentamento, que os gestores de políticas públicas constroem sobre os assentamentos rurais. Pois, acredito que para garantir a permanência das pessoas no assentamento é necessário que se criem uma série de condições (infra-estruturas, créditos, assistência técnica, dentre outras) que permitam que as pessoas permaneçam na terra, além de se considerar as particularidades de cada assentamento. Ou caso contrário, ele se tornará um migrante outra vez.

Nesse sentido, é possível especular que essa situação possa ser um indicador para explicar a evasão e a rotatividade nos assentados rurais. Só para efeito de reflexão, citarei a fala de um assentado que pode ajudar a ilustrar tal situação. *“Eu nunca desanimei da vida. A gente sempre tem que ta correndo atrás, se não está bom aqui pode estar em outro lugar”* (Sr. D, 2001).

É importante ressaltar ainda que o fato das pessoas migrarem para outro lugar não significa que elas tenham fracassado ou traído a causa política, quer dizer, pois o próprio assentamento pode oferecer elementos ou recursos para que elas possam migrar para outro lugar e, para aqueles que apontam um envolvimento político maior, continuar na empreitada de luta pela terra em outro lugar.

## 5. Referência bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, S.A, 1989.

BRIOSCHI, Lúcia Reis; TRIGO, Maria Helena. **Relatos de vida em ciências sociais: contradições metodológicas**. Ciência e cultura. 39 (7): 631-637, julho de 1987.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1987. 284p.

CAPPELLIN, Paola. A lembrança do Sul. In: **Travessia**, ano 3 n<sup>o</sup> 8, set-dez de 1990. pp.13-17.

CARVALHO, Horácio Martins. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. MPF-NEAD-IICA. Curitiba. 1999. 70p.

CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. **Guia de informações sócio-econômicas, turísticas e culturais do Distrito Federal**. Brasília: 1999. pp.11-63.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. p154.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1978. 3<sup>o</sup> parte, pp.95-141.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 2000.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo/Brasília: Marco Zero/EdUnB. 1989. 285p.

LEITE, Sergio. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo, Editora da UNESP. 2004.

LIMA, Jr. Aurélio Viana. **Dos pressupostos da ação política do campesinato: o caso da “invasão” da Fazenda Annoni.** Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. 146 p. (Dissertação de mestrado em Antropologia).

MALINOVISKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental. In. **Os pensadores.** São Paulo. Abril cultural. 1978.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis. RJ, Vozes. 1986, pp. 43-63.

\_\_\_\_\_. “O sujeito da reforma agrária (estudos comparativo de cinco assentamentos)”. In: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. pp 7-52.

MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do santo e o mundo dos engenhos.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980.

MOURA, Margarida. Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural.** São Paulo: HUCITEC, 1978. pp.31-71

NEVES, Delma Peçanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas.** Niterói - Rio de Janeiro: EDUFF, 1997. Introdução, cap 6-8 e conclusão.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de Oliveira. **Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: O caso do Vereda I.** Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2002 (Dissertação de mestrado em Extensão Rural). 136p.

ROMANO, Jorge. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In. MEDEIROS, Leonilde; et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo UNESP, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. “Elghorba: O mecanismo de Reprodução da emigração”. In: **A imigração.** São Paulo: Editora da Edusp, 1998. pp. 9-44.

SILVA, Maria Moraes. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: **Travessias – a vivência da Reforma Agrária nos Assentamentos,** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.107-158, 2003.

SOUSA, Regina Sueli. Terra o calcanhar de Aquiles do Brasil? In: **Estudos** Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 26, n<sup>o</sup> 4. 1999. pp 591-612.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução, OLIVEIRA, Lólio Lorenço. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. pp 45-103.

TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. pp.91-158.

WOORTMANN, Klaas. “Migração, família e campesinato”. In: **Revista brasileira de estudo de população**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Janeiro/junho de 1990, pp 35-53.

ZIMMERMAM, Neusa. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In. MEDEIROS, Leonilde; et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo UNESP, 1994.